

O CURRÍCULO COMO VEÍCULO DA BRANQUITUDE: ALGUMAS REFLEXÕES

Débora Cristina Schmidt Evangelista – UFMT

deboracschmidt@gmail.com

Introdução

Procuramos por meio deste estudo realizar uma reflexão sobre o papel que o currículo escolar exerce na reprodução do universalismo branco, ou seja, a reprodução das branquitudes e como as instituições escolares perpetuam os privilégios que as pessoas brancas têm no interior das sociedades brasileiras. Tal reprodução, além de perpetuar os privilégios das pessoas brancas também perpetua o pensamento racista no interior da sociedade brasileira. Para delimitar nossa argumentação, tratamos de expor o conceito de branquitudes, conceito esse embasado a partir de Schucman (2020), entretanto, não iremos nos prender ao conceito desta autora, sendo assim, o aprofundamos em um conceito mais amplo, com recortes de Cardoso (2020) acerca de como a falta de uma criticidade sobre a identidade branca delimita o modo de pensar hegemônico brasileiro. Para tanto, voltaremos nosso olhar para os efeitos das branquitudes na produção do conhecimento sentidas e refletidas no interior das instituições de ensino e na reprodução do racismo. Para tal compreensão, buscaremos o aporte teórico de Goodson (1995) para conceituar a nossa ideia de currículo, assim, tratamos que o currículo deve abarcar todas as expressões culturais e identitárias de uma sociedade. Nesse sentido, compactuamos com o pensamento de Santos (2009) que existe não apenas um saber, mas tantos outros saberes que se complementam. Ademais tratamos por apresentar possibilidades de trazer o africano como parte da nossa história como protagonista e não mero espectador adestrado a partir do modo de vida europeu.

Desenvolvimento

Quando analisamos os currículos escolares, em seu sentido amplo, podemos compreender o papel que a escola desempenha no interior da sociedade brasileira, a escola a que nos referimos, é aquela escola que acompanha os perfis sociais e políticos de uma sociedade. Não caímos, desta forma, no reducionismo de apontar que todas as escolas, sistemas de ensino ou sociedades são iguais, mas sim, que, de um modo geral, a sociedade brasileira, historicamente, aponta para um modelo de sociedade, capitalista, racista e meritocrática. Entretanto, não iremos nos alongar muito neste assunto, pois não é o foco do nosso trabalho, nosso assunto aqui é propor uma reflexão acerca de como as instituições escolares, compreendidas no modelo social brasileiro, apontam, através do seu currículo, para a manutenção de privilégios brancos e para o modo de pensar europeu. Nesse sentido, partimos da ideia de que o currículo, caracteriza-se como a organização do conhecimento, como se fosse algo prescrito que atendesse as diferentes etapas de escolarização. Entretanto, conceituamos currículo como “um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais.” (GOODSON, 1995. p. 8). Podemos ainda, tratar do currículo através de dois âmbitos: o currículo concretizado nos documentos nacionais, regionais e locais e o currículo que é praticado nas relações do dia a dia escolar. O que ocorre então, que o currículo não é o simples resultado de conhecimentos válidos prescritos em níveis de escolarização ou etapas de ensino, mas resulta de uma proposta que alia aos conteúdos escolares, os conflitos sociais e as diferentes epistemologias, destarte o currículo escolar, bem como as instituições escolares deveriam andar conforme a dinâmica social, respeitando os processos individuais e as histórias e saberes subjetivos que ali se encontram. Entretanto, se formos buscar os conteúdos conceituais das escolas brasileiras, nos deparamos com a valorização de uma cultura eurocentrada e que invisibiliza sobretudo, os saberes dos povos originários brasileiros e africanos, principais constituintes deste país, e renega-os a conceitos folclorizados e restritos a datas comemorativas. Nestes dias, a visibilidade e a lembrança de existência do outro torna-se visível “essa desigualdade que é silenciada durante o resto do ano” (CARDOSO, 2020, p. 180). Reiteramos que não somos contrários às datas comemorativas, uma vez

que, em sua maioria, elas são resultado de constantes lutas dos grupos organizados e são necessárias para não se fazer apagar de vez da história, entretanto, dar voz apenas um dia do ano, não significa respeitar as diferenças e minimizar as desigualdades existentes entre os diversos saberes, sobretudo dos saberes africanos, uma vez que a maioria declarada da população brasileira (56,2%) é de negros, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD referente ao ano de 2019 . É neste cenário que as branquitudes se assentam, caracterizadas não como a identidade branca, mas sim, como os indivíduos brancos ocupam posições de privilégios e no acesso dessa população aos recursos materiais e simbólicos (SCHUCMAN, 2020). Embora seja um conceito novo, já que a mesma autora aponta que os estudos acerca do papel do branco no interior dos estudos das relações raciais, datado no Brasil pela primeira vez por Guerreiro Ramos em 1957, foi apenas nos anos de 1990 que os estudos de branquitude se popularizaram nos Estados Unidos e conseqüentemente chegaram ao Brasil, as práticas da branquitude foram construídas e consolidadas no Brasil historicamente desde o período colonial. A degradação da identidade negra e dos povos indígenas culminou no apagamento do papel identitário destes povos no constructo social da identidade brasileira. Assim, qualquer forma de pensamento que visibilizasse essas identidades era vista como não pertencente ao Brasil. A valorização da cultura europeia, foi conseqüentemente apontada nos currículos escolares e ainda tratada como legítima no interior das instituições escolares. Salientamos que não propomos uma ruptura epistemológica o qual privilegie apenas um modo de conhecimento, propomos uma integração dos saberes e dos conhecimentos, permitindo um referencial identitário positivo a todas as crianças inseridas nas instituições escolares. O referencial estereotipado que culmina em uma visão negativa acerca de sua identidade racial é percebido no interior do currículos escolares. Ou seja, o trabalho desenvolvido na escola ainda está embasado em um saber científico construído por pesquisadores da virada do século XIX para o século XX, portanto influenciado por teorias racistas (CAVALLEIRO, 2005). Assim, podemos apontar que é relevante um novo modo de fazer ciência, de construir uma postura que trace e valorize os diferentes grupos e suas formas

de conhecimento com o objetivo de intervir na realidade social existente. Através deste olhar, apontamos que os conhecimentos são incompletos e que para intervir não há apenas um único conhecimento, “uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo” (SANTOS, 2009. p. 49). Desta forma, é possível compreendermos o papel que os currículos escolares teriam na quebra de privilégios e na propagação de uma branquitude que invisibiliza o papel exercido pelas pessoas não brancas, a fim de promover a intervenção sólida e uma possibilidade concreta de superação do racismo.

Considerações finais

O trajeto consolidado pela branquitude está consolidado no âmago da sociedade brasileira, ele determina posições, privilégios e direciona aquilo que deve ser tratado como universal, assim, no interior das instituições educacionais, o currículo é o grande reflexo desta imposição e resulta em modos de pensar que visam apenas um modo de ver, ou seja, impõe nas estruturas de pensamento de cada sujeito ideias e prerrogativas sem levar em conta as subjetividades de cada sujeito. Como consideração, podemos analisar que se faz necessário um novo modo de fazer ciência e um currículo que possibilite a quebra da visão universal branca e que permita que as vozes e saberes silenciados sejam ouvidos e que assim, possa interferir na sociedade através de uma educação antirracista.

Referências

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. Curitiba: Appris, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03. Coleção Educação para todos. MEC/SECAD, 2005.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Hamilton Francischetti. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Boaventura S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In.: SANTOS, Boaventura S., MENESES. Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 23-72p.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Vêneta, 2020.

Cor ou raça. Conheça o Brasil: população. In.: IBGE, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 18 Abr de 2021.